



# Piaçabeiros



RICARDO OLIVEIRA

À margem das leis trabalhistas, os piaçabeiros lutam para manter seu ganha-pão mesmo em meio à exploração a que são submetidos diariamente

## Reféns do isolamento e da escravidão

Apesar da beleza poética do extrativismo de fibras na Amazônia, homens e mulheres da região do Médio Rio Negro, ao norte Estado do Amazonas, vivem reféns das suas limitações socioeconômicas. E mesmo com as intervenções do Ministério Público do Trabalho (MPT) e sentenças da Justiça do Trabalho, ainda há muita estrada, ou melhor, há muito leito de rio a se percorrer pelas instituições de defesa dos trabalhadores, a fim de livrar os piaçabeiros das correntes da escravidão contemporânea impostas pelos “patrõeszinhos” e pela mentalidade do próprio “freguês”, extrativista que se vê dependente do rancho que chega a eles pelas mãos dos atravessadores.

### GALERIA

Veja outras imagens deste evento aqui



Patrocínio



(91) 99303-6356  
(91) 98204-1111

De dois a seis meses no meio da mata é o tempo médio que homens e mulheres da região do Médio Rio Negro, extrativistas de piaçava, vivem em cabanas improvisadas, com mantimentos calculados para seguir adiante sob os riscos da selva. Uma regra básica de sobrevivência que não para por aí, na vida dos piaçabeiros de Barcelos (a 399 quilômetros de Manaus), na busca pelas palmeiras de onde extraem seus sustentos.

Sob as sombras do verde amazônico e as águas dos afluentes do rio Negro, fica a beleza poética do extrativismo. Contudo, apesar das intervenções do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Justiça do Trabalho, no isolamento em que eles vivem, além das condições análogas à de escravo que ainda se submetem, os piaçabeiros – também autodenominados como “fregueses” – encaram nos dias de hoje um dos piores momentos para atividade dos últimos anos.

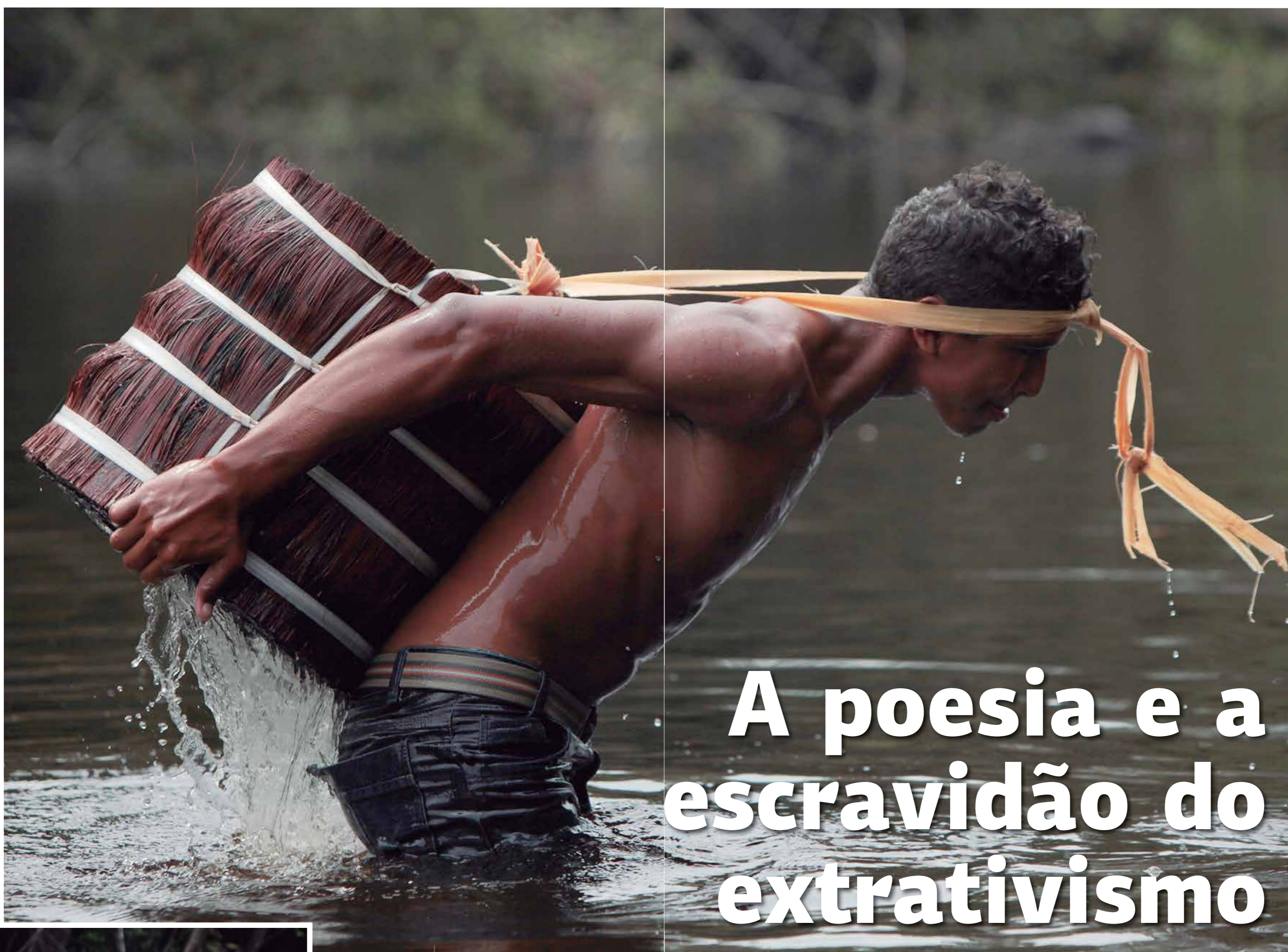
Além da estiagem que castiga o Médio Rio Negro, há relatos sobre a escassez das palmeiras na região. Segundo a piaçabeira Maria Izabel da Silva Pinto, 42, os grandes volumes de palmeiras de piaçavas estão cada vez mais afastados da sede do município, em áreas isoladas. Ela observa que não há reposição programada onde ocorrem as extrações e a distância de onde as palmeiras são encontradas, para onde as toras amarradas são vendidas, torna ainda mais difícil a vida dos extrativistas, que vivem reféns dos atravessadores, mais conhecidos como “patrões”.

Morada da comunidade do Tapera, há 12 horas da sede do município em barco de pequeno porte, Maria, que é descendente da etnia baré, explica que na localidade onde vive são poucas as palmeiras que sobraram após muitos anos de extração, o que não rende bons volumes para a venda. De acordo com ela, para conseguir grandes quantidades da fibra de piaçabeiro precisa deixar a comunidade e subir o rio Negro, de cinco a seis dias, rumo à região dos rios Preto e Padauri, próximo à divisa de Barcelos com o município de Santa Isabel do Rio Negro.

“Já foi cortada muita piaçava nas nossas comunidades. Agora, para extrair boas quantidades, só subindo rio acima. E para chegar num lugar bom, em tempos de rio baixo, temos que passar por três cachoeiras. E como a fibra está muito difícil de achar, depois que descemos do barco nós saímos cortando caminho por pelo menos duas horas de varadouro até encontrar. Se acertamos um lugar bom nós ficamos pelo menos dois meses acampados, próximos de Igarapés”, relata a piaçabeira.

O piaçabeiro de verdade é aquele que vai lá no meio do mato e passa meses cortando a fibra da piaçava, amarra os toros e vende para o patrão

Maria Izabel da Silva, piaçabeira



# A poesia e a escravidão do extrativismo



Depois de amarrada, a piaçava é guardada sob as águas de lagos e igarapés, para que a fibra não perca a sua qualidade com o calor

Maria Izabel conta que, desde setembro do ano passado, o problema mais grave não era apenas chegar aos pontos da extração. Segundo ela, a venda da fibra ficou praticamente zerada porque, com o nível baixo do rio Negro, lagos e igarapés que facilitavam a chegada dos piaçabeiros ficaram muito rasos ou mesmo sem água por mais tempo que o comum. “Quando o rio está seco é muito ruim trazer a piaçava. E nesse ano seco mais do que o normal as condições ficaram piores para transportar e vender na sede do município”, observa.

Agora, com a volta das chuvas, os piaçabeiros estão retomando as atividades, para alívio dos fabricantes de vassoura da sede de Barcelos que passaram pelo menos cinco meses sem conseguir comprar a fibra para beneficiar a piaçava. O operário Marcelo do Carmo de Souza, 38, que trabalhava numa pequena fábrica localizada na orla de Barcelos, conta que nunca tinha passado tanto tempo sem beneficiar a fibra e espera que as canoas não demorem mais tanto tempo para descer o rio Negro carregadas de piaçava.

Piaçabeiros transportam a piaçava sobre suas canoas com motor rabeta, geralmente vendidas a eles pelos “patrões” em troca do produto

Piaçabeiros do município de Barcelos, na região do Médio Rio Negro, ainda vivem reféns do isolamento e da ausência do Estado sobre a cadeia produtiva da fibra de piaçava, além de enfrentar um dos piores momentos da atividade por conta da estiagem

Tímidos, são poucos os piaçabeiros que conseguem falar sobre as suas condições e a maioria prefere o anonimato para não se complicar com o atravessador

## Dívidas impagáveis aos “patrõeszinhos”

Depois que a fiscalização do MPT chegou em Barcelos, em 2014, para combater o que o órgão classificou como escravidão contemporânea, muitos atravessadores chamados de “patrões” deixaram o negócio. O ministério cobrou deles, a favor dos piaçabeiros, a aplicação das regras trabalhistas a fim de garantir a segurança alimentar e de vida com a construção de acampamentos dignos, com iluminação e banheiros, bem como a Carteira de Trabalho assinada (leia mais na página 4).

A piaçabeira Maria Izabel afirma não ter o documento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela, que hoje é uma das diretoras da Associação Indígena de Floresta e Padauri (AIFP), relata que antes da ação do MPT no município era possível encontrar na região mi-

lhares “patrõeszinhos ruins” com os piaçabeiros, que pagavam mal pela piaçava amarrada. Segundo ela, além disso, um número grande de homens e mulheres ficavam muito mais reféns dos “patrões” porque, além do alto preço dos ranchos que eles entregavam em troca das toneladas de toros de piaçava amarrados, a dívida dos “fregueses” aumentava ainda mais por conta de bebidas alcoólicas, como principalmente a cachaça. “Agora mesmo tem uns patrõeszinhos com fregueses que devem mais de R\$ 2 mil porque esses se perdem na cachaça e não conseguem pagar a dívida com a piaçava”, aponta.

Em tese de mestrado defendida em 2007, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a pesquisa-

dora Lília Maria de Oliveira Reis observa que homens e mulheres da região do Aracá, no Médio Rio Negro, já viviam reféns das condições impostas pelos “patrões” e não encontravam caminhos como associações ou cooperativas para se libertarem do sistema de aviação. Ela relatou casos de um piaçabeiro que comprou do patrão um motor rabeta e já fazia seis anos que ele não conseguia saldar a dívida, que já chegava a R\$ 16 mil.

A pesquisadora relata que muitos dos piaçabeiros preferiam viver dos ranchos dos patrões a viver do plantio de agricultura familiar para a própria alimentação. “Acostumou-se à sua própria condição de vida e não encontra forças para mudar, preferindo continuar atolado em dívidas”, afirma.

## ‘O piaçabeiro só trabalha quando quer’

O pastor Gilmar Bento da Silva, 53, acostumado a trazer de duas a três toneladas de toros de piaçava à sede de Barcelos, em seu barco de pequeno porte, não nega que atua como atravessador. Neste ponto, ele critica a ausência do Estado sobre a atividade econômica no município. Na sua visão, “não existe essa de escravidão” na atividade extrativista da piaçava, uma vez que, segundo ele, “o piaçabeiro trabalha quando ele quer e amarra piaçava quando quer”.

Segundo essa premissa, Gilmar, que também é presidente da associação comunitária do Tapera e Padauri, avalia que não tem condições de atender o que o MPT pediu na sua intervenção sobre a relação entre “patrões” e “fregueses” da região. Ele argumenta que a distância das localidades de extração da fibra é o maior problema para investir em estruturas.

O pastor alega que os lucros com a piaçava não dão condições para esses investimentos, uma vez que ele paga ao piaçabeiro R\$ 2 pelo quilo da fibra e vende na sede de Barcelos aos fabricantes de vassouras por R\$ 2,40. Observa ainda que perde muito com os custos de transporte no seu barco que consome, aproximadamente, 120 litros de gasolina no trecho entre a região do Padauri à sede do município. O litro da gasolina, no pontão em frente à cidade, custa R\$ 4,35.

“O Ministério Público do Trabalho quer que nós montemos acampamentos com banheiros, mas não temos condições de fazer isso. O que não podemos é deixá-los morrer de fome em lugares distantes. Por isso levamos ranchos para vender para eles em troca da piaçava amarrada”, diz. “Não dá para enricar com a piaçava por aqui. Sem o atravessador não tem governo para fazer o transporte do produto para os piaçabeiros”, finaliza.

Em estudo sobre a dinâmica e os conflitos territoriais dos piaçabeiros do Médio Rio Negro, a antropóloga Eliéyd Souza de Menezes observa que o trabalho de homens e mulheres se dá sob o sistema de aviação entre patrões e fregueses, que são os próprios piaçabeiros, os quais já seguem para atividade extrativista endividados. “O patrão patrocina a viagem que o piaçabeiro tem que pagar com juros, o que faz a dívida sempre permanecer”, explica.

Na comunidade do rio Aracá, onde a antropóloga realizou o estudo, Eliéyd observa que há um conflito territorial, uma vez que as comunidades indígenas que nela vivem estão requerendo a área como terra indígena (TI). “A reivindicação territorial é para o uso dos recursos naturais que até então estavam fechados pelos patrões, que se diziam donos da área”, observa.

FOTOS: RICARDO OLIVEIRA





RICARDO OLIVEIRA

**Rolos de piçava** amarrados descem de localidades isoladas pelo rio Negro rumo a Barcelos e Manaus para fabricação de vassouras ou criação de peças de artesanato

# O peso da Justiça sobre os patrões

A Justiça do Trabalho amazonense condenou o empresário Luiz Cláudio Moraes Rocha, mais conhecido como "Carioca", e a sua empresa Irajá Fibras Naturais Amazônia, a desembolsarem o valor global de R\$ 555.472,94 para 13 trabalhadores extrativistas de piçava dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. A Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Trabalho no Amazonas (MPT-AM), o acusava de prática de exploração dos piçabeiros, que foram resgatados em 2014, sob condições análogas à de escravo.

O órgão foi notificado da sentença no começo de março. A decisão, assinada pela juíza do Trabalho, titular da Vara de Presidente Figueiredo reclamatória da itinerância em Barcelos, Joicilene Jerônimo Portela Freire, rejeitou ação do empresário que alegava a ilegitimidade das acusações que caíram sobre ele e sua empresa, localizada na orla de Barcelos (a 399 quilômetros de Manaus).

Nesse sentido, a juíza condenou os réus a pagarem aos trabalhadores resgatados R\$ 125,4 mil, a título de verbas rescisórias decorrentes do vínculo empregatício, reconhecido na decisão da magistrada, com valores individuais que variam de R\$ 2 mil a R\$ 20 mil por piçabeiro. O empresário também fica obrigado a pagar para cada um dos 13 piçabeiros resgatados em condições análogas à de escravo o valor de R\$ 10 mil, como indenização por danos morais individuais.

O empresário Carioca e a sua empresa deverão desembolsar ainda R\$

300 mil por danos morais coletivos. Este valor será destinado a programas ou ações sociais de entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, realizadoras de atividades de interesse público ou social que atuem nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Sem entidades aptas, a sentença indica o depósito no Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Na sentença, Joicilene obriga aos réus disponibilizar alojamentos aos seus trabalhadores extrativistas de piçava. E que neles tenha instalações sanitárias, lavanderia e local adequado para o preparo do alimento, além de área própria para a refeição. A magistrada cobra também a disponibilização de água potável, fresca e em quantidade suficiente para a temporada de trabalho, além de equipamentos de primeiros-socorros.

A lista de itens obrigatórios cobrados pela magistrada segue com obrigatoriedade do fornecimento, de forma gratuita, de ferramentas adequadas aos trabalhadores bem como às características físicas deles e que a substituição seja feita sempre que necessário. Cobra ainda que o empresário submeta os trabalhadores ao exame admissional antes que assumam as atividades, bem como a realização de avalia-

Após ação do MPT-AM, empresário do segmento de beneficiamento de piçava foi sentenciado a pagar mais de meio milhão por conta da exploração de piçabeiros em condições análogas às de escravo

ções de riscos para a segurança e saúde dos piçabeiros.

A cobrança da magistrada segue com a admissão de empregados que possuam Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e cumprir com as devidas anotações, no prazo de 48 horas contado do início da admissão da prestação laboral. Entre outras obrigatoriedades, a sentença cobra a garantia da remuneração diária não inferior ao salário mínimo/dia ao empregado que trabalha por empreitada, tarefa ou peça, a concessão do descanso semanal de 24 horas consecutivas, além do 13º salário.

A procuradora do Trabalho, Geisekelly Santana, explica que a decisão da Justiça do Trabalho levou em consideração a totalidade das obrigações trabalhistas, de forma difusa, o que impõe ao empresário a assegurar os direitos de todo e qualquer trabalhador que recrutar para a sua atividade. O único ponto que a magistrada indeferiu, segundo a procuradora, foi a totalidade do valor requerido por danos morais coletivos.

O MPT-AM pediu que Carioca fosse condenado a pagar R\$ 5 milhões, a título de indenização coletiva. Contudo, a juíza argumentou que a

instituição não recolheu provas suficientes da capacidade econômica do réu. "Mas nós recorremos, porque justamente pela informalidade da cadeia, por conta do aviamento, não tem como medir essa capacidade econômica do réu. A juíza deu uma sentença bem fundamentada. Ela reconheceu a gravidade do ilícito, mas entendeu que não tínhamos provas da carga econômica", explica.

## Medo

Segundo Geisekelly, durante os trabalhos na selva, o número de resgatados poderia ter sido maior, na época, mas muitos se esconderam na mata. "É muito trabalho efetivamente conseguir abraçar todo mundo da causa. Alguns trabalhadores, na época do resgate, ficaram com medo de ser responsabilizados pelo patrão de alguma forma e acabaram se escondendo das operações", conta.

A ação, que resultou no resgate dos trabalhadores extrativistas, em 2014, partiu do Grupo Especial de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, formado por auditores fiscais, procuradores do Trabalho, procuradores da República, agentes da Polícia Rodoviária Federal e o apoio do 3º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro.

## EXPEDIENTE

**EDIÇÃO/REPORTAGEM**  
Emerson Quaresma

**FOTOGRAFIAS**  
Ricardo Oliveira

**DIAGRAMAÇÃO**  
Mario Henrique Silva

**TRATAMENTO DE IMAGENS**  
Kleuton Silva

# Piabeiros



RICARDO OLIVEIRA

Do mesmo modo que os piabeiros (edição anterior), os piabeiros, que também vivem às margens do rio Negro e das leis trabalhistas, tentam manter viva a atividade extrativista

## A resistência da pesca ornamental

A vida dos piabeiros, que vivem da pesca do peixe ornamental, às margens do rio Negro e de seus afluentes no município de Barcelos (a 399 quilômetros de Manaus), é à margem das leis trabalhistas: sem vínculo empregatício, os piabeiros vivem abandonados pelo Estado. Nesse cenário, a pesca de peixe ornamental, que já foi a 8ª em volume de exportação do Amazonas e já garantiu trabalho para mais de 10 mil pessoas em Barcelos, nos anos 1990, vive hoje em declínio, com poucas famílias se mantendo na resistência da atividade.

### GALERIA

Veja outras imagens deste evento aqui



Patrocínio



(92) 99303-6356  
(92) 98204-1111



Para que os piabeiros consigam capturar os peixes, eles precisam fazer mergulhos noturnos, geralmente entre 19h e as 2h. Há dias, porém, em que esse trabalho se estende até as 5h, sob as águas negras

Pesca ornamental em Barcelos já foi a 8ª economia do Estado e garantiu o sustento de mais de 10 mil famílias. Atividade já representou 60% da receita do município



FOTOS: RICARDO OLIVEIRA

Carlos da Paixão se hospeda com a sua família, na orla de Barcelos, sobre a sua embarcação, para entregar a pesca ao atravessador

É com uma maior frequência, durante as noites, que ele mergulha com máscara protetora sobre os seus olhos, das 19h às 2h ou até às 5h, em dias bons. Antes, ele tateia com os pés o fundo dos igarapés e lagos, a procura de troncos para pisar, pois, teme os monstros das águas como arraiais, jacarés e bagres gigantes. A cada mergulho, a esperança de uma vida melhor, com comida no prato, vem nas mãos com pequenas obras da natureza, que encantam olhares nos aquários do mundo.

Os piabeiros, como são conhecidos homens e mulheres que vivem da pesca artesanal de peixes ornamentais, resistem às dificuldades e ao tempo, numa atividade que em Barcelos (a 399 quilômetros de Manaus), no médio rio Negro, já foi a 8ª economia do Estado do Amazonas e já garantiu sustento a mais de 10 mil famílias. Chegou a representar até mesmo 60% da receita barcelense.

Mas, do trabalho extrativista sobre as águas do rio Negro, que começaram em meados dos anos 1950, sem políticas públicas para incentivar o segmento, poucos são os piabeiros que se mantêm na atividade, vencendo as distâncias e as condições impostas por atravessadores e barreiras econômicas estabelecidas pelo governo brasileiro.

Da comunidade de Bacabal, a um dia de viagem de motor rabeta, para a sede de Barcelos, o piabeiro Carlos Alberto da Paixão, 45, é um dos poucos que resistem ao tempo. Há mais de 30 anos na atividade, ele conta que nos últimos tempos vem

sentido, cada vez mais forte, a diminuição da quantidade de pescadores ornamentais na região. Segundo ele, o volume menor possivelmente se dá por conta do número de atravessadores e exportadores que compravam suas pescas, que também foi diminuindo com o tempo.

Outro ponto que desestimula o trabalho - mas ele não desiste -, é o preço do peixe ornamental que pagam aos piabeiros. Paixão explica que, para cada milheiro de bodó jauari, mais conhecido como limpa vidro, por exemplo, ele recebe R\$ 1 mil quando vende para um atravessador sério. Da última vez que chegou à sede de Barcelos, o piabeiro conseguiu trazer, aproximadamente, três milheiros de peixe ornamental de uma pesca que fez com o sogro, o cunhado, a esposa e o filho. O pagamento, no entanto, não veio na hora.

O piabeiro questiona o preço médio de R\$ 1 pela unidade do bodó jauari, pago a ele pelo atravessador, porque já ouviu que o exportador de Manaus vende por um valor até sete vezes mais caro. "Se é isso mesmo, a unidade poderia sair pelo menos a R\$ 1,20 ou R\$ 1,50 para nós piabeiros. Nós

*Já ouvi falar que o exportador de Manaus vende por um valor até sete vezes mais caro. Se é isso mesmo, poderíamos receber um pouco melhor*

**Alberto da Paixão,** piabeiro

# O mergulho da renovação da esperança

Mercado de peixes ornamentais, que já foi a oitava economia de exportação do Amazonas, se mantém nas águas do rio Negro com homens de coragem, que enfrentam os "monstros", fenômenos da Amazônia e os atravessadores

Eudes Soares, rapiché na mão, sobre a sua canoa, é piabeiro desde menino, mas também faz o papel de atravessador e reclama da ausência do Estado



## Normas que levaram à falência

A queda no volume de venda dos peixes ornamentais, em Barcelos, entre outros problemas políticos e sociais, rendeu à cidade, em novembro do ano passado, o título de cidade com o segundo pior nível de desenvolvimento socioeconômico da Região do Norte do país. O resultado foi divulgado pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) 2015,

produzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). De acordo com a ex-chefe de gabinete da prefeitura de Barcelos, Joseli de Macedo Bezerra, a perda de mercado da exportação de peixes ornamentais se deu, nos últimos anos, porque o Governo Federal estabeleceu normas e critérios para a exploração desse mercado, que levaram muitos exportadores de Barcelos à falência.

"O próprio Governo Federal não conseguiu fazer o reordenamento pesqueiro da cadeia produtiva e de valor desse segmento extrativista. Cerca de 80% da população de Barcelos e dos municípios da calha do rio Negro vivia da exportação de peixes ornamentais. O governo criou o Ministério da Pesca, mas, depois se desfez dele. Antes, o Ibama até fazia alguma coisa por nós, mas agora não fazemos nada", observa Joseli.

Outro problema que agravou a exploração de peixes ornamentais em Barcelos, segundo ela, foi a informação de que alguns peixes da região estariam levando doenças, o que na sua avaliação é resultado negativo da guerra de mercado com os exportadores do Estado do Pará, que é o segundo maior produtor do segmento. "Nós até tínhamos conhecimento técnico para o tratamento, mas os empresários não conseguiram reverter a propaganda negativa. O Governo Federal precisa nos ajudar, porque, até mesmo o turismo da pesca esportiva, que poderia ajudar muito não consegue se desenvolver porque ainda está muito desorganizado na região", avalia.

que passamos dias e noites pescando poderíamos receber pelo menos um pouco melhor", reclama Paixão.

Depois de quase 12 horas de viagem numa embarcação de, aproximadamente, 10 metros de comprimento, por 1,5 metro de largura, empurrado por motor rabeta, o piabeiro conta que faz a entrega da carga ao atravessador. Quando dá tudo certo, ele e a família, formada pela esposa e três filhos, passam de dois a três dias hospedados na orla da cidade, na própria canoa coberta por palha de ubim e dormindo sobre redes. A alimentação é preparada no próprio bote. A fumaça do forno improvisado ajuda a espantar os mosquitos.

Para Paixão, a maior dificuldade da atividade de piabeiro, aos que moram mais longe, é a viagem da comunidade à sede de Barcelos. Em dias de águas muito agitadas, a família corre o risco de naufrágio. Além dos devidos cuidados para não perder a carga, o piabeiro diz que as tempestades também influenciam no tempo de chegada à área urbana para entregar os peixes ornamentais ao recreio que leva a pesca para Manaus. Caso ocorram chuvas, a viagem demora tempo muito maior. E perdida a hora do recreio, ao invés de passar três dias na orla da cidade, a família terá que esperar o comprador voltar na próxima semana.

## ‘Como seria o mercado sem atravessador?’

Piabeiro desde menino, quando acompanhava o pai, Eudes Soares Souza, 45, não nega que hoje também atua no papel de atravessador. Dos poucos barcelenses que mantêm aquários em casa, ele diz que sem alguém que faça esse papel de intermediador na cadeia produtiva entre os pescadores e os exportadores, a atividade já teria acabado de uma vez por todas na cidade.

Eudes, que também sentiu a queda no volume da venda dos peixes ornamentais, aponta que um dos motivos foi o fechamento da empresa do exportador Raimundo Ribeiro, que tinha contrato com mais de 40 piabeiros.

"Caiu muito a venda depois que o seu Ribeiro teve uns problemas com a Polícia Federal. Não sei exatamente o que, mas que forçou ele a fechar a empresa dele de exportação de peixes ornamentais. Depois que o seu Ribeiro fechou o negócio, o nosso mercado enfraqueceu muito", avalia.

Mas, o que pesa mesmo para o negócio, segundo Eudes, são os impostos que o Brasil criou para

a atividade. "Os compradores reclamam muito dos impostos, que estão muito caros, além da dificuldade de transporte. Por conta disso, fiquei sabendo que muitos compradores internacionais passaram a reproduzir espécies de peixes ornamentais da nossa região em viveiros. Claro que alguns já perceberam que o natural, do nosso rio, é melhor. O cardinal deles não é o mesmo cardinal das águas dos lagos e igarapés da região do nosso rio Negro", afirma.

Atualmente, como atravessador, Eudes que conta com apoio da esposa Mara Castro Pinheiro, 36, afirma que paga aos oito piabeiros que o acompanham na atividade valores razoáveis por unidades de espécies como o acará-discu, a R\$ 3, o bodó-cutia, a R\$ 2, o bodó-jauari, a R\$ 1,20 e o ituí-cavalo, a R\$ 0,50. Mas, o carro-chefe do seu negócio ainda é a espécie cardinal neon, que apesar de um preço bem menor por unidade em relação aos demais, ganha força por conta do volume disponível na região e do interesse internacional sobre suas cores e a sua beleza nos aquários

do mundo. Eudes diz que paga de R\$ 16 a R\$ 18 pelo milheiro da espécie, dependendo do tamanho. Ocorre que, com a estiagem que atinge a região Norte do Amazonas e causou seca prolongada nas águas de lagos e igarapés banhados pelo rio Negro, a pesca do cardinal ficou prejudicada desde setembro do ano passado até os dias de hoje.

"Com a seca que começou em setembro (de 2015), nós já estamos há mais de cinco meses sem vender cardinais por conta da estiagem. Ficamos um pouco no prejuízo porque esse peixe é o nosso carro-chefe", explica.

Espécie	Preço Milheiro
Bodó Cutia	R\$ 2 mil
Bodó Jauari	R\$ 1,2 mil
Ituí-cavalo	R\$ 500
Acará-discu	R\$ 3 mil
Cardinal	R\$ 16



Num mundo de beleza e dificuldades, crianças seguem seus pais, em Barcelos, na atividade extrativista



RICARDO OLIVEIRA

Peixes como o acarácisco do rio Negro passaram por melhoramento genético na Ásia, gerando mais de 200 novas espécies. Enquanto isso, no Amazonas, falta fomento à pesquisa e incentivos fiscais

# Entre a ausência do Estado e a pirataria

Instituições de pesquisa e de controle federal, no Amazonas, dão conta de que a pesca ornamental de Barcelos, que já alcançou índices econômicos incríveis no Estado entre os anos 1980 e 1990, hoje sofre uma queda no volume de exportação, principalmente por conta da concorrência com o mercado asiático. Das 25 exportadoras, que atuavam em Manaus, nos 1990, atualmente, segundo a coordenadora do curso de Pós-Graduação em Ciências Pesqueiras nos Trópicos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Kedma Yamamoto apenas cinco se mantêm em atividade.

A atividade extrativista de Barcelos, que ganhou o mercado internacional após a descoberta do peixe cardinal pelo explorador norte-americano, doutor Herbert Axelrold, de acordo com a pesquisadora, entre as décadas de 1980 e 1990, chegou a ser responsável por 60% da econômica de Barcelos e empregava mais de 10 mil pessoas. Conforme estimativa da Cooperativa de Pescadores de Peixes Ornamentais de Barcelos, esse número está reduzido a pouco mais de um mil piabeiros em atividade.

Segundo, a professora Kedma, a concorrência com os países asiáticos é responsável pelo declínio da atividade no Amazonas, principalmente para Singapura e Japão, que hoje são os líderes em piscicultura ornamental, com produção em cativeiro. "O extrativismo do Amazonas enfraqueceu muito, primeiro pelo fechamento de grandes empresas exportadoras como a Turky Aquários. Lá na Ásia, eles têm o melhoramento genético que garante um número expressivo de peixes mais coloridos e diversificados, que é o que desejam os aquaristas do mundo. Hoje para exemplificar, existem mais de 200 variações de acarácisco", explica.

Apesar do avanço genético dos

Apesar da concorrência com países asiáticos como os líderes, o cardinal da Amazônia se mantém como o mais querido dos amantes de aquários do mundo

Com a burocracia do governo brasileiro, a pesca de peixes ornamentais de Barcelos perdeu espaço para o mercado asiático e ainda sofre com o sequestro de espécies por piratas colombianos e bolivianos



asiáticos, a pesquisadora afirma que eles ainda, não conseguiram copiar o cardinal do rio Negro, que ainda é o líder das exportações no Amazonas para os Estados Unidos da América (EUA) e a Europa, em países como Alemanha, Holanda e Itália. Ela alerta que, para enfrentar a concorrência asiática, os governos federal e estadual precisam fomentar mais pesquisas sobre a atividade extrativista e gerar incentivos fiscais para facilitar a retomada do mercado pelos exportadores, que vem abandonando o negócio, por conta da burocracia brasileira com seus protocolos, taxas de exportação e o aumento do dólar e do frete.

"Os exportadores não são os vilões da cadeia produtiva da pesca ornamental, como muitos acham. Sem eles, a pesca ornamental também não existiria. Eles fazem parte da cadeia produtiva. O que precisa é de uma distribuição mais equitativa dos lucros desta atividade e, no caso um preço melhor de venda para os piabeiros onde o negócio seja lucrativo para todos", avalia Kedma Yamamoto.

Na cadeia produtiva, a especialista explica que o piabeiro, a base da atividade, passa a produção para o atravessador - que eles chamam de patrão - que leva para o exportador. "Por isso, um

outro ganho seria que os piabeiros se reunissem em associações e cooperativas para agregar mais valor ao produto. São pessoas bem simples. Existem famílias que não são exclusivamente piabeiros e que vivem de outras atividades quando o rio está muito seco e durante a cheia", diz.

Em artigo publicado em revista científica com o título "Exportação de peixes ornamentais do Estado do Amazonas", pesquisadores amazonenses apontavam a atividade como o terceiro principal produto amazonense extrativista exportado sem o devido monitoramento do comércio. O levanta-

mento identificou que, entre 2002 e 2005, aproximadamente 100 milhões de peixes ornamentais foram exportados da região, o que correspondeu, à época, a U\$S 9,6 milhões para o mercado internacional e R\$ 1,5 milhão para o mercado nacional.

De acordo com Kedma Yamamoto, somente em 2005, foram exportados mais de 25 milhões de peixes ornamentais, o que revela que a contribuição de Barcelos para as exportações brasileiras era de 90% por conta da pesca extrativista. O restante da exportação é proveniente do Pará e de localidades do interior de São Paulo.

## Biopirataria

O presidente da Cooperativa de Pescadores de Peixes Ornamentais de Barcelos, piabeiro João de Souza Freitas, lembra que viveu grandes momentos na atividade, mas que hoje a realidade é totalmente diferente, por conta da burocracia imposta pelo governo brasileiro, a qual, segundo ele, abriu precedentes para a biopirataria e o sequestro de espécies por piratas bolivianos e colombianos. "Muitos compradores internacionais deixaram de comprar o peixe ornamental da gente e passaram a compra na Colômbia e na Bolívia de gente que vem pegar os nossos peixes no rio Negro", denuncia.

Para tentar manter a atividade em pé no município de Barcelos, o presidente da cooperativa diz que busca com a entidade organizar o segmento. Mas, ele observa que falta estrutura e a presença do Estado para incentivar a pesquisa e a organização da cadeia produtiva, casada com a atividade da pesca esportiva, que ainda de forma desorganizada atrai muitos turistas estrangeiros, os quais poderiam ser compradores ou elos para exportação das espécies ornamentais da bacia do rio Negro.

## EXPEDIENTE

EDIÇÃO/REPORTAGEM  
Emerson Quaresma

FOTOGRAFIAS  
Ricardo Oliveira

DIAGRAMAÇÃO  
Mario Henrique Silva

TRATAMENTO DE IMAGENS  
Kleuton Silva